

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG

PEDAGOGIA

JÉSSICA BERNARDES FARÃO

LIMITES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Varginha

2016

JÉSSICA BERNARDES FARÃO

LIMITES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Unis/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof. Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves

Varginha

2016

JÉSSICA BERNARDES FARÃO

LIMITES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS/MG, como pré requisito para obtenção do grau de Licenciatura, pela Banca Examinadora composta pelos membros.

Aprovado em 20/06/2016

Prof. Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves

Prof. Me. Leandro Generoso de Almeida

Prof. Esp. Shirley de Souza Sigiani

OBS.:

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser meu guia, por estar sempre iluminando meus passos. Aos meus pais e meu irmão que me apoiaram o tempo todo e acreditaram na minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS pelo dom da vida. Aos meus pais e irmão pelo apoio. Agradeço a Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz que me orientou com muita paciência e carinho para a concretização desse trabalho.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado.” (Paulo Freire).

RESUMO

Este trabalho aborda os limites na educação infantil. Tal abordagem deve-se à importância dos limites na educação infantil, que deve iniciar-se na primeira infância, trata-se de pesquisas que envolvem a família e a escola. O objetivo é o de pesquisar sobre a importância dos limites estabelecidos pela família e escola e os problemas causados devido à ausência desses limites. Objetiva-se também ressaltar a importância da interação família-escola na educação das crianças possibilitando um melhor entendimento sobre a importância dos pais e dos professores na educação das crianças no que diz respeito à formação de sua personalidade e autonomia intelectual e afetiva. Os limites têm como finalidade situar a criança na sociedade em que está inserida, tendo consciência de seus atos e responsabilidades. A infância é uma fase em que o indivíduo constrói sua base para o futuro e os responsáveis possuem o dever de auxiliá-lo neste processo de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Limites. Família. Escola. Autonomia.

ABSTRACT

This work broaches the limits of education. Such approach is due to the importance of the limits of early childhood education. Which should begin in early childhood, it is research involving the family and school. The goal is to research about the importance of the limits established by the family and school and problems caused due to absence of these limits. The objective is also to emphasize the importance of family-school interaction in children's education enabling a better understanding of the importance of parents and teachers in educating children regarding their personality and intellectual autonomy and affective. The limits have as function to place a child in the society in which they are inserted, being aware of their actions and responsibilities. The childhood is a stage where a person builds their base for future and the responsible have a duty to assist in this development process.

Key words: *Limits. Family. School. Autonomy.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A FORMAÇÃO MORAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.....	11
2.1	Três fases da educação moral infantil.....	12
2.1.1	Anomia.....	13
2.1.2	Heteronomia.....	14
2.1.3	Autonomia.....	14
3	LIMITES.....	16
4	REFLEXÕES SOBRE A INDISCIPLINA.....	19
4.1	A sociedade contemporânea.....	22
4.2	A família.....	23
5	A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTROLE DA INDISCIPLINA.....	28
5.1	Sugestões para o educador lidar com a indisciplina.....	28
6	CONCLUSÃO.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A indisciplina vem sendo um dos grandes problemas enfrentados pelos pais e educadores, devido à falta de limites da criança desde a primeira infância. A criança que aprende desde pequena que o mundo é feito de regras poderá se comportar de acordo com elas. É necessário que ela aprenda desde cedo a ouvir “não” e a respeitar as regras.

Deste fato surge o questionamento sobre a importância do papel da família a partir da primeira infância principalmente no que diz respeito aos limites que a criança deve aprender para viver em sociedade.

A família tem como papel junto à criança promover sua formação moral, para que assim se torne um indivíduo íntegro e conforme as normas da sociedade. A escola tem o papel de transmitir as informações necessárias para seu desenvolvimento cultural, intelectual e também para o convívio social.

Baseando no que diz La Taille (2000, p. 61), estabelecer limites para criança é de grande importância para seu desenvolvimento pessoal. Esses limites devem recair sobre os desejos, por isso há necessidade de aprender a distinguir o desejo da necessidade, dizendo o não na hora certa e explicando o motivo, para que a criança aprenda a diferenciar suas atitudes e entender que nem tudo acontece como ela quer.

Estabelecer limites é mostrar o que pode e que não pode; é estabelecer princípios básicos exigidos pela sociedade. E essa é uma tarefa que precisa ser trabalhada tanto pela família quanto pela escola. Construir e resgatar princípios são tarefas que precisam da colaboração dos pais, professores e escola. As normas e regras são fundamentais para uma boa convivência, além de ser um fator de grande importância para o progresso da humanidade.

O objetivo deste trabalho é analisar o papel da família e da escola na construção das noções de limites desde a primeira infância, evidenciando os formatos familiares e a contribuição dos professores no que diz respeito à formação de personalidade e autonomia. Assim se estabelecendo uma visão de possíveis soluções para a questão da falta de limites das crianças.

Para o aprofundamento desse trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas, que para Gil (2008), é desenvolvida com base em material já existente, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

Este trabalho apresenta-se estruturado em cinco capítulos: o segundo capítulo aborda o papel da educação moral desde a primeira infância, através de uma reflexão dos estágios de desenvolvimento da criança e como os pais precisam agir em cada período. No terceiro capítulo será abordado o limite como fator essencial para a formação moral e intelectual do desenvolvimento da criança, tendo como finalidade situá-la na sociedade em que está inserida. O quarto capítulo trará uma reflexão sobre a indisciplina, como fator consequente: a educação recebida pela família e o que vem ocorrendo na sociedade atual. Já o quinto capítulo diz respeito à atuação do professor diante a indisciplina causada pela ausência dos limites e aponta sugestões que podem auxiliar no controle ou diminuição da mesma no cotidiano escolar.

2 A FORMAÇÃO MORAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A formação moral tem como objetivo agir na personalidade do indivíduo, fazendo com que este desenvolva um bom caráter. Para que isso ocorra se faz necessário fortalecer a vontade humana, a fim de que tenha como princípio a voz interior da consciência moral e como fim a prática do bem. Para Poli (2009, p. 43), “É o apoio que você dá aos seus filhos para que caminhem com mais segurança e vivam a infância com felicidade.”

A moral se preocupa com o uso que o homem deve fazer de sua liberdade para se sentir verdadeiramente feliz.

Segundo Aquino (1996), as características de cada indivíduo vão sendo formadas pelas pressões sociais, ou seja, a partir das inúmeras e constantes interações do indivíduo com o meio em que vive. Nesse processo, o indivíduo estabelece desde o seu nascimento e durante toda a vida trocas recíprocas.

Vygotsky (apud AQUINO, 1996) concebe a cultura, a sociedade e o indivíduo como sistemas complexos e dinâmicos, submetidos a processos de desenvolvimento e transformação. As características do funcionamento psicológico assim como o comportamento de cada ser humano são construídas ao longo da vida do indivíduo através de um processo de interação com o seu meio social que possibilita a apropriação da cultura elaborada pelas gerações precedentes.

O desenvolvimento individual não é visto, portanto, como resultado de uma propriedade primitivamente existente no sujeito, nem como puro reflexo de condicionamentos externos. Segundo Vygotsky, não é imutável e universal, nem tampouco independente do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida humana. A cultura é parte constitutiva da natureza humana, já que a formação das características psicológicas individuais se dá através da internalização dos modos e atividades psíquicas historicamente determinadas e culturalmente organizadas.

É importante sublinhar que a cultura não é, portanto, pensada por Vygotsky, como algo pronto, um sistema estático ao qual o indivíduo se submete, mas como uma espécie de ‘palco de negociações’ em que seus membros estão num constante movimento de recriação e interpretação de informações, conceitos e significados. (OLIVEIRA apud AQUINO, 1996, p. 93)

Neste sentido, percebe-se que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta. São os instrumentos técnicos e os sistemas de significados construídos historicamente que fazem a mediação dos seres humanos entre si e com o mundo.

A criança e o adolescente reconstruem seu comportamento de acordo com as experiências fornecidas pela cultura e pela influência de outras pessoas. Neste sentido, as conquistas individuais: informações, valores, habilidades, atitudes, posturas (indisciplinadas ou não) resultam de um processo compartilhado com pessoas e outros elementos de sua cultura.

Pode-se verificar que, na perspectiva de Vygotsky, a educação recebida na família, na escola e na sociedade cumprem um papel primordial na formação das crianças. Educação essa que implica na colocação de limites devendo ser entendida como uma forma de moldar atitudes, cobrar deveres e dar limitações para que as necessidades sejam alcançadas de maneira adequada. Essa forma de educar dando as noções de moral para a criança significa saber falar não na hora certa, para que elas aprendam a lidar com as frustrações e cresçam conscientes da importância de acatar as regras escolares e da sociais.

Se submeter as regras faz parte do desenvolvimento global da criança, Tiba (2002, p. 294) nos fala que:

É muito prejudicial tolher a liberdade saudável de quem realmente conhece. Mas colocar limites nos desejos que são as vontades de fazer o que dá na cabeça sem se preocupar com as consequências, é educar. A educação com reflexão de todas as ações é um dos melhores ingredientes da felicidade.

Podemos nos considerar livres em nossas escolhas, mas reféns de suas consequências, portanto é necessário que se tenha uma boa educação moral para melhor compreender as ações de cada ato praticado buscando formas para que assim se viva em harmonia.

2.1 Três fases da educação moral infantil

As crianças a partir de seus primeiros anos de vida começam a aprender com seus pais diversas coisas que fazem parte de seu comportamento como falar, andar, sentar, alimentar-se, controlar os esfíncteres etc. Assim elas vão adquirindo vários conhecimentos que não tinham ao nascer.

Segundo Antunes (2012), é preciso aceitar conforme foi descrito por Piaget, que a moralidade não nasce com o ser humano, ou seja, ela não é um valor intrínseco, mas sim, um sistema de regras adquiridas sendo puramente social.

Segundo Piaget (1994, p.23) “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire com essas regras.” Portanto a educação moral deve ser trabalhada a partir da educação infantil fundamentando-se

no respeito mútuo entre as crianças e adultos (pais, professores, funcionários e outros), a fim de fortalecer a autoestima e a construção da identidade, buscando respeitar a diversidade de expressões culturais, valorizando o trabalho coletivo e desenvolvendo a solidariedade.

A educação moral na infância pode ser dividida em três estágios distintos para melhor entender, sendo os três separados de acordo com a capacidade da criança em assimilar os conceitos de regras conforme sua faixa etária de idade. São elas: Anomia (0 aos 6 anos); Heteronomia (6 aos 10 anos) e Autonomia (10 aos 12 anos).

2.1.1 Anomia

Segundo Antunes (2012), a anomia é uma fase em que a criança se encontra desde seu nascimento até os 5 ou 6 anos de idade. Essa é a fase em que a criança não segue regras coletivas, se interessa por jogos para satisfazer seus interesses motores ou fantasias simbólicas e não para participar de uma atividade coletiva. "A criança, do nascimento até os seis anos de idade, necessita de *carinho, ternura e afeto*, necessita também da compreensão do *não*, dos *limites* claros, da *coerência* na afetividade que a ela se entrega" [...]. (ANTUNES, 2012, p. 20, grifo do autor).

Nesta fase da Anomia se faz necessário dar à criança o carinho, afeto, ternura e a introdução do não, de se impor limites de um modo coerente respeitando seus fatores biológicos como fome, medo, sono, etc. Essa fase também é determinante para que os pais ou responsáveis possam aprender a desenvolver e a praticar a arte de dar e receber, pois é nesse momento que a criança necessita da fundamentação moral mais importante.

Para La Taille (2006), a anomia é uma fase de desenvolvimento em que a criança ainda não se inseriu no universo da moral.

A anomia, repito, corresponde ao estágio do desenvolvimento durante o qual a criança ainda não adentrou o universo moral. É verdade que, desde o nascimento, a criança é colocada em um universo de regras sociais. Uma são ligadas à saúde, como hora de dormir, escovar os dentes, lavar as mãos; outras são convencionais, como hora de comer, tempo de televisão, e outras ainda são de inspiração moral, como não bater, não xingar, etc. Todavia antes dos 4 anos, em média, as regras derivadas da moral ainda não estão associadas para a criança. (LA TAILLE, 2006, p. 97)

Antunes (2012) nos apresenta ferramentas essenciais para que eduquemos emocionalmente as crianças dessa idade. A relação deve ser marcada sempre por alegria, procurar usar entonação na voz, ficar com a criança, de preferência, quando seu estado

emocional estiver mais favorável, permitir com que ela brinque com outras crianças praticando sua interpessoalidade, ouvir músicas estimulantes ao sono e ao lazer, legitimar os atos emocionais da criança, ouvir com empatia sobre o que ela tem a dizer, criticar o ato que cometeu e não a quem o fez.

2.1.2 Heteronomia

A segunda etapa da evolução da criança é chamada de heteronomia, fase que acontece entre 7 e 10 anos de idade.

Segundo Antunes (2012), nessa fase a criança apresenta crescente interesse em participar de atividades coletivas, com regras que para elas se tornam “sagradas” e que qualquer modificação feita se torna desonesta.

Para La Taille (2006, p. 98)”, a moral heterônoma (ou heteronômica) é definida por dois conjuntos de características complementares entre si. O primeiro contempla a compreensão de regras, o segundo, a fonte da legitimidade destas.”

Nessa mesma fase a criança desenvolve um sentimento chamado de realismo moral, convivendo com duas ideias básicas: toda regra que é criada por um adulto é sempre boa e justa levada ao pé da letra, as regras valem pelo que dizem e não pela intencionalidade que as envolve.

Antunes (2012) nos traz algumas reflexões sobre como deve estar apoiada a alfabetização emocional de uma criança na fase da heteronomia que acontece na idade de 7 a 10 anos. Dar exemplo para que a criança possa observar e aprender com o mesmo, coagir de forma não execrada estabelecendo limites, regras que a mesma terá de cumprir, apresentar noções de cooperação em seus diversos aspectos.

Não é necessário dispor de aulas com o objetivo de trabalhar a educação moral, no entanto, as regras morais devem ser trabalhadas no dia a dia da criança, conforme se fizer necessário.

2.1.3 Autonomia

A terceira e última etapa do desenvolvimento moral da criança acontece dos 10 aos 12 anos de idade. Nessa etapa o pré-adolescente já está pronto para aceitar que a moral se faz de regras e que as mesmas devem ser cumpridas e respeitadas.

Nessa fase fortifica-se a ideia da cooperação e ao buscar “pensar como o outro pensa” solidifica-se o sentimento de empatia, raiz essencial da paixão. Não mais se cumprem regras apenas porque os outros cumprem, e isto é bom para todos e sim pela coordenação do ponto de vista próprio com o ponto de vista do outro. (ANTUNES, 2012, p. 30).

Segundo La Taille(2006), a moral autônoma é uma moral de justiça, do respeito mútuo onde os deveres e direitos se complementam, só obedece as regras que são consideradas boas.

Do ponto de vista da compreensão das regras e de seu equacionamento, a criança passa a poder julgar a partir de princípios, e assim, libera-se da obediência estrita às regras. [...]. Ainda do ponto de vista do equacionamento moral, um novo princípio começa a inspirar os juízos: o da igualdade. A criança moralmente autônoma pensa que um dever moral primordial é tratar as pessoas sem privilegiar umas nem desprezar outras. (LA TAILLE, 2006, p. 98)

A criança a partir da fase autônoma é capaz de fazer suas escolhas, não só obedece mais às regras impostas, já que ela consegue discernir o que é correto ou não, o que é importante ou não para ela.

É necessário que os responsáveis que lidam com adolescentes nessa idade sejam flexíveis com relação aos limites e ao rigor nas cobranças que devem ser empregadas, deixando que seus filhos aumente suas descobertas.

Maluf (2011) lista alguns erros que podem ser cometidos pelos pais na fase da autonomia. Não entender que os filhos cresceram, minimizar as descobertas, não saber como controlá-los, exagerar em suas cobranças, não saber dar liberdade, demonstrar falta de confiança, desesperar-se nas crises, constranger os filhos, fazer chantagens, colocar seu filho em um altar.

Para Maluf (2011) é preciso ter muita calma nessa fase onde seus filhos estão cheios de descobertas.

Com a falta de educação moral a partir da primeira infância é possível observar vários distúrbios de comportamentos como consequência, alguns dos quais serão abordados a seguir.

3 LIMITES

Limite é uma palavra que está sendo bem utilizada na contemporaneidade pelos pais e professores como sinônimo de regras e leis. Verifica-se grande dificuldade dos educadores em lidar com essa ausência de limites na instituição escolar.

La Taille (2000) observa que limite é um termo que está associado a respeito, educação moral, cidadania e obediência. Para ele a palavra limite possui três formas diferentes de pensar. São elas: pensar em limites como fronteiras a serem transpostas; pensá-los como fronteiras que devem ser respeitadas e, por último, como fronteiras que a criança precisa construir para proteger sua privacidade e intimidade.

Já para Piaget (1994) limites está relacionado à questão de educação moral que irá se desenvolver através das relações que a criança terá com seu meio social.

Piaget (1994, p. 298) descreve que:

[...] as relações de respeito unilateral e de coação que estabelecem espontaneamente entre o adulto e a criança contribuem para a constituição de um primeiro tipo de controle lógico e moral [...] do ponto de vista intelectual, o respeito da criança pelo adulto tem por efeito provocar o aparecimento de uma concepção anunciadora da noção de verdade: o pensamento deixa de afirmar simplesmente o que lhe agrada para se conformar com a opinião do ambiente.

A palavra limite implica em determinar algo à criança, estabelecer regras e fazer combinados. Dar limites, ou seja, dizer sim ou não, apresentar o que é certo ou errado, direcionar a mesma a perceber seus direitos e deveres são uma questão de educação moral. Isto deve ser trabalhado a partir da primeira infância pela família e escola, contribuindo não somente para boa educação da criança, mas para seu desenvolvimento moral, intelectual e também para a construção da sua autonomia.

A colocação de limites, no sentido restritivo do termo, faz parte da educação, do processo civilizador e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta a um estado selvagem em que vale a lei do mais forte. (LA TAILLE, 2000, p.53)

A prática de ensinar e educar implica em impor limites, devendo ser entendida como uma prática consciente relacionada a necessidades, deveres e limitações. Nas cobranças entre responsáveis e crianças é necessário mostrar a ela que nem tudo acontece segundo seus desejos, que existem coisas que ela pode fazer e outras que não podem ser feitas, explicando

sempre o motivo, para que assim ela possa entender, assimilar e aceitar o que lhe está sendo ensinado.

Para Tiba (2006), uma criança que faz o que quer, que cresce sem limites, acaba não desenvolvendo o uso da razão, acreditando que tudo pode ser feito do jeito e como ela quiser.

Segundo La Taille (2000, p. 64) “A não colocação de limites pode tanto ser prova de humildade como de descompromisso em relação aos filhos e ao futuro do mundo.”

A falta de limites nem sempre agrada as crianças, pois elas sentem essa total liberdade como desinteresse por parte do adulto, tanto que elas nunca se contentam com as artimanhas que fazem, buscando sempre aprontar algo de mais extraordinário para ver se chamam a atenção de seus responsáveis. Muitos jovens, nos dias atuais, acabam se queixando dos pais e professores que foram liberais demais, deixando com que fizessem tudo o que queriam e isso, na visão deles, se tornou abandono, ausência e não generosidade.

Para La Taille (2000) Quando não se impõem o limite no momento necessário, a liberdade que os responsáveis estão dando aos filhos ou alunos irá se tornar um grande problema no futuro e como consequência serão vistos como culpados pelo problema gerado.

É preciso que os responsáveis mostrem à criança o que é adequado a ela não a deixando agir da forma que quiser. O papel da família e da escola é oferecer base aos seus filhos e alunos com o objetivo de facilitar-lhes encontrar condições para as diferentes situações cotidianas empregando as lições ensinadas por eles.

A criança está, a todo momento, tenta atitudes certas e erradas e é nessa hora que a família e a escola precisam intervir nas suas ações orientando para o que é melhor e correto.

Antunes (2011, p.25) nos diz que:

Ensinar não é fácil e educar mais difícil ainda; mas não se ensina e não se educa quem não define limites, quem não constrói democraticamente as linhas do que é e do que não é permitido. O professor jamais pode acreditar nessa bobagem de que cada aluno já sabe o que pode e o que não pode. Ninguém cresce se não é desafiado e todo jovem para crescer necessita desafiar. Por isso mesmo, esses limites tem que ser claros, lúcidos, reiterados.

Entretanto, o pensamento de muitos pais e professores ao mimar seus filhos e alunos é de que estão apenas dando carinho, deixando para corrigi-los mais tarde, pois ainda são muito inocentes. Eles, porém se esquecem de que a criança desde cedo já começa a construir sua personalidade e quando ela se depara com pessoas que não valorizam suas atitudes, ela entra em conflito consigo mesma, muitas vezes não sendo capaz de resolvê-lo sozinha. Muitas das

crianças que recebem diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Opositivo Desafiador e outros, são crianças que não aprenderam a obedecer a regras e a lidar com situações frustradoras, e precisam buscar auxílio com profissionais especializados.

Quando a criança não aprende com seus familiares a respeitar regras, acaba causando grandes dificuldades aos professores para trabalhar com ela, pois o excesso de mimo e superproteção faz com que ela queira tomar conta daquele espaço escolar. Daí ela buscar sempre ser o centro das atenções e estar sempre frente às bagunças, coordenando e delegando aos colegas as funções de cada um. Porém quando se diagnostica esse tipo de problema, a função da escola e do professor é ser firme diante dessa falta de limites, estabelecendo uma postura dialógica e orientadora com o aluno, nunca uma postura autoritária para que relação entre o aluno e professor não se torne ainda mais desgastante.

A criança que aprende desde pequena que o mundo é feito de regras, poderá se comportar de acordo com elas mesmo sem a presença dos responsáveis. Ela precisa aprender a ouvir “não” e respeitar normas. Os educadores, professores e pais que recusam dizer não aos filhos e alunos nos momentos apropriados, estão impedindo-os de lidarem com as frustrações. Quando o limite desde a infância é estabelecido, o indivíduo não terá dificuldade nenhuma de conviver em harmonia com a sociedade.

4 REFLEXÕES SOBRE A INDISCIPLINA

A indisciplina pode ser encarada como uma das maiores dificuldades encontradas em instituições escolares e uma de suas causas é a falta de limites citada no capítulo anterior.

A [in] disciplina em sala de aula e na escola tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos entre os educadores. Pesquisas pedagógicas têm mostrado o quanto se perde tempo em sala de aula com questões de disciplina, em detrimento da interação do aluno com o conhecimento e com a realidade. (VASCONCELLOS, 2001, p.13)

Ensinar em nossos dias tornou-se uma profissão muito estressante e muitos professores estão tendo dificuldades para lidar não só com os problemas de aprendizagem das crianças, mas também com seus problemas comportamentais, emocionais e sociais. Isso se dá devido à falta de limites encontrada hoje nas crianças, pois elas não respeitam regras existentes. Essa falta de limites acontece através de conversas paralelas, agressividade, desobediência, bagunças e dispersão dos alunos. Muitos professores reconhecem que a criança que se apresenta com problemas na sala de aula vem de um lar problemático e possui dificuldades de autoestima.

Os professores estão se tornando mais conscientes das origens dos problemas das crianças e são mais construtivos e cuidadosos em suas respostas às crianças problemáticas. Entretanto, essas crianças e seus professores precisam, sobretudo da ajuda dos pais. (HUMPHREYS apud AQUINO, 1996, p. 252).

Pode-se dizer que são vários os fatores que interferem na má conduta desses alunos, tais como: personalidade, ambiente familiar, falta de limites e autoestima.

Com base nos estudos de Aquino (1996), na nossa sociedade, especialmente no meio educacional, a palavra disciplina refere-se ao procedimento, ato ou dito contrário, à indisciplina, desobediência, desordem, rebelião. Para ele, indisciplinado é aquele que se insurge à disciplina, é o que rebela, que não acata e não se submete, nem tão pouco se acomoda.

A autora Rego (apud AQUINO, 1996), pontua que a indisciplina é o reflexo da pobreza e da violência presente em um modo geral na sociedade e fomentada, de modo particular, nos meios de comunicação, especialmente a TV.

De acordo com a mesma autora, no meio educacional costuma-se compreender a indisciplina como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato, traduzida na “falta de educação ou de respeito” pelas autoridades, na bagunça ou

agitação motora. É como uma espécie de incapacidade do aluno em se ajustar às normas e padrões de comportamento esperados. A autora enfatiza que nessa perspectiva qualquer manifestação de inquietação, questionamento, discordância, conversa ou desatentação por parte dos alunos é entendida como indisciplina (REGO apud AQUINO, 1996, p. 85). Neste sentido, o aluno que questiona, pergunta, se inquieta e se movimenta na sala é entendido, muitas vezes, como indisciplinado.

Muitos atribuem a culpa pelo comportamento indisciplinado do aluno à educação recebida da família, assim como a dissolução nuclear familiar, ou ainda a falta de interesse dos pais em conhecer e acompanhar a vida escolar de seus filhos. Neste sentido, a responsabilidade pelo comportamento do aluno na escola parece ser única e exclusivamente da família (REGO apud AQUINO, 1996).

Outra explicação para a indisciplina, ou seja, para a incidência de conflitos, tensão agitação e impulsividade motora, dispersão, descontrole emocional, falta de interesse no meio educacional, segundo Aquino (1996), são os equívocos da escola em face das necessidades, interesse e possibilidades dos alunos. Nesse sentido o autor enfatiza:

O comportamento indisciplinado está diretamente relacionado a uma série de aspectos associados à ineficiência da prática pedagógica desenvolvida, tais como: propostas curriculares problemáticas e metodologias que subestimam a capacidade do aluno (assuntos pouco interessantes ou fáceis demais), cobrança excessiva da postura sentada, inadequação da organização do espaço da sala de aula e o tempo para a realização das atividades, excessiva centralização na figura do professor (visto como único detentor do saber) e, conseqüentemente, pouco incentivo à autonomia e às interações entre os alunos, constante uso de sanções e ameaças visando ao silêncio da classe, pouco diálogo etc. (AQUINO, 1996, p. 100).

A indisciplina apontada pelos educadores como um dos principais obstáculos ao trabalho pedagógico está associada também à moralidade discente. Para os professores, ela denota ausência de uma estrutura psicológica moral que desprepara o jovem para a convivência em ambientes regrados.

Alguns profissionais da educação e muitos pais acabam por atribuir a responsabilidade do aluno ao professor. Nesta ótica, a origem da indisciplina está relacionada exclusivamente à falta de autoridade do professor, de seu poder de controle e aplicação de sanções, ou seja, o professor não têm “pulso” para administrar e controlar a turma de alunos, assim como aplicar medidas punitivas mais ou menos rigorosas.

A indisciplina pode ser interpretada também, segundo Rego (apud AQUINO, 1996) como uma virtude, já que pressupõe a “coragem de ousar”, de desafiar os padrões vigentes, de

se opor à tirania muitas vezes presente no cotidiano escolar. Neste sentido, a disciplina, ou seja, aquele aluno que está sempre atento e quieto, obediente pode não estar participando, aprendendo, mas sim obedecendo às regras.

Segundo Antunes (2011), as regras mesmo que exigidas de forma óbvia, devem ser explicadas pelo professor e este deve verificar se o aluno entendeu o que ele pode ou não fazer. Professores que desconhecem o verdadeiro sentido da palavra disciplina não sabem agir diante de situações que causam agitação e dispersão por parte do aluno. É preciso entender o que está errado, de onde está vindo o problema. A indisciplina pode ser vista como um aviso de algo que está errado.

De acordo com Vasconcellos (2001), a indisciplina não é um problema que com o tempo desaparece e se resolve, ao contrário, com o tempo vai aumentando, se agravando. É necessário que se resolvam as situações de indisciplina no momento em que acontecem, sempre através do diálogo.

Podemos dizer que o objetivo é conseguir o autogoverno dos sujeitos participantes do processo educativo, e dessa forma as necessárias condições para o trabalho coletivo em sala de aula (e na escola), onde haja o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, ou seja, as condições para uma aprendizagem significativa, crítica, criativa e duradoura. (VASCONCELLOS, 2001, p. 40)

A disciplina tem como objetivo possibilitar a autonomia do alunos em suas atividades cotidianas, tomando decisões , possibilitando uma boa convivência social.

“Numa visão dialética-libertadora compreendemos que a disciplina se constrói pela interação do sujeito com outros e com a realidade, até chegar no autodomínio.” (VASCONCELLOS, 2001, p. 41)

O aluno não se torna disciplinado sozinho. É preciso estabelecer convivência com outras pessoas para que assim ele se torne consciente de seus atos e da importância da disciplina. O trabalho de construir a disciplina está diretamente relacionado a uma conduta de autoridade, poder, autonomia, conhecimento e liberdade que para Vasconcellos (2001), ninguém deve ser educado para obedecer, mas sim para respeitar e colaborar com os direitos alheios.

Para D’Antola (1989), o cuidado para não confundir autoridade com autoritarismo é imprescindível. Neste sentido a autoridade é fundamental na sala de aula para que o professor possa conduzir o aprendizado, mediando os alunos nas situações gerais que acontecem no ambiente escolar. O professor autoritário já impõe situações aos alunos sem dar possibilidades de se questionarem.

A autoridade deve ser usada para dirigir a classe, pois quanto mais confiança os alunos tiverem no professor, enquanto autoridade que dirige um curso produtivo, que pode manter a disciplina, que tem bom domínio de conhecimento, mais confiança os alunos terão nas intervenções do professor, o qual deve utilizar a autoridade dentro dos limites da democracia. (D' ANTOLA, 1989, p. 53).

Os professores, juntamente com a escola, devem se preocupar com a maneira de fazer exigências, estabelecer regras e normas, para que assim, na medida em que a criança for adquirindo compreensão sobre seu comportamento, possa participar da demarcação de seus próprios limites.

Ter disciplina não quer dizer que o indivíduo tem que aceitar tudo que lhe foi imposto, é preciso que entenda até onde se pode ir, e compreenda suas limitações diante de determinados acontecimentos.

Segundo Vasconcellos (2001), a indisciplina para ser enfrentada terá que ser entendida, de acordo com o que está acontecendo hoje, nas salas de aula, na escola, na sociedade e na família. É preciso de fato entender o motivo pelo qual esse aluno está se comportando dessa ou daquela maneira.

Como se vê, a indisciplina convoca-nos a uma série de reflexões. Portanto, para entendê-la, é necessário observar o processo educativo desenvolvido na instituição escolar, a formação moral da criança e as mudanças que vêm acontecendo na sociedade e na família nos últimos tempos. Em seguida analisaremos alguns desses fatores.

4.1 A sociedade contemporânea

Para entender a indisciplina é necessário analisar as mudanças que vêm ocorrendo no mundo atual.

A sociedade hoje não funciona mais sob a lógica do confinamento, da concentração, da associação, da manutenção do sujeito em cercados geográficos e psicossociais e nem mesmo sob a lógica da disciplina, entendida como uma “docilização” obtida através de uma vigilância direta exercida mediante o olhar próximo do outro e de medidas coercitivas e repressivas. Funcionaria, isto sim, sob uma lógica de desconfinamento, de dispersão, de retirada do sujeito de espaços fechados e de sua colocação em espaços abertos (JUSTO, 2013, p. 39).

Segundo o autor, aquela vida estável mesmo que fosse na pobreza, porém assentada em vínculos sólidos, duradouros e produtores de proximidade entre as pessoas, está cedendo lugar para um modo de vida marcado por abrandamento, pela fragilização e pela provisoriabilidade de vinculações do sujeito a territórios sociais e afetivos.

Vivemos hoje numa condição de provisoriabilidade. Os constantes deslocamentos de um lugar a outro para estudar, trabalhar ou para consumir lazer e entretenimento, a fragilidade

dos vínculos trabalhistas, a abreviação das relações afetivas, a rarefação dos vínculos de amizade e vizinhança, enfim, todos estes fatores estão contribuindo para a circulação por espaços abertos.

O sujeito contemporâneo não é mais aquele fixo, mas sim aquele que vive em constante transformação de ideias, pensamentos, crenças, valores, condutas, relações afetivas.

Para Justo (2013, p. 41) “A sociedade não requer mais aquele sujeito reto , parado, coerente, previsível, controlado, comedido, estável, persistente, organizado, uno, indivisível [...]”

Percebe-se que a sociedade contemporânea busca indivíduos criativos, flexíveis, impulsivos, sujeitos que estejam se deslocando a todo momento, percorrendo todos os seus espaços.

Para Silva (2013, p. 71-72) “A sociedade atual tem levado os indivíduos a se mostrarem indiferentes e/ou indecisos às regras que devem seguir e, com isso, garantir a harmonia social e a individual.”

Sobre a sociedade contemporânea, no que diz respeito ao comportamento das crianças o autor explica:

Estamos vivendo num mundo em transição, no qual a instantaneidade assombra nossos ritmos, ao mesmo tempo em que a morosidade e a resistência à mudança ainda rondam nossas ações, num mundo que globaliza muitos conhecimentos, ao mesmo tempo em que é diverso, num mundo que provoca o consumo, ao mesmo tempo em que muitos não podem consumir o mínimo para manter a dignidade humana, num mundo que descarta objetos, conhecimentos e afetos, ao mesmo tempo em que conserva princípios ultrapassados, por não ter criado os princípios para o novo século. Tudo isso interfere no comportamento das pessoas, principalmente no das crianças (BARBOSA, 2006, p. 62).

Com base nesta afirmação pode-se compreender que a sociedade atual mudou muito e por isso o comportamento das pessoas também. Há, portanto, necessidade de compreender esses comportamentos e buscar alternativas para uma convivência mais saudável, principalmente nas escolas. Neste sentido, o apoio e o conhecimento da família são fundamentais.

4.2 A família

Falar de indisciplina remete apontar o importante papel da família, pois ela é responsável pela construção de princípios morais e éticos que acompanharão a criança em qualquer circunstância da vida.

A família, entendida como o primeiro contexto de socialização, exerce, indubitavelmente, grande influência sobre a criança e o adolescente. A atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola (REGO apud AQUINO, 1996, p. 97)

O comportamento do aluno, portanto vai depender dos ensinamentos e exemplos que teve no meio familiar.

No processo de construção da disciplina escolar, a família tem importante papel, seja no sentido de buscar conjuntamente alternativas de superação dos problemas, seja porque no lar se encontra, em alguns casos, a origem das primeiras distorções em termos de comportamento e sua postura colabora para a reprodução ou para a transformação de tais atitudes. (VASCONCELLOS, 2009, p. 202)

A família é o mais importante grupo social do qual o indivíduo participa, é no contexto de suas relações que ele adquire uma noção de ser e estar no mundo, que poderão influenciar suas atitudes pelo resto da vida. Porém, atualmente, o ambiente familiar pouco tem proporcionado momentos para essa formação. Cada vez mais os pais precisam trabalhar para dar sustento e conforto à família e, para isso, muitas vezes ficam o dia inteiro fora de casa e quando chegam à noite, já estão cansados, estressados, descontando nos filhos os impasses da vida adulta.

Os filhos por sua vez, de classe alta, são presenteados com brinquedos, e os de classes menos favorecidas, acabam ficando mais tempo nas ruas com o intuito de suprir a ausência dos pais. Mas a questão aqui discutida é que com isso o relacionamento com os pais fica cada vez mais distante, muitas coisas acontecem na vida dos filhos e os pais nem tomam conhecimento dos fatos. Outras vezes não entendem por que o filho se comporta ou comportou de tal maneira, tão diferente de seus conceitos, mas a verdade é que não sabem e não tiveram tempo para saber os conflitos emocionais vividos pelo filho.

É muito importante que a família assuma as suas responsabilidades específicas na formação dos filhos. Muitas vezes, o vazio deixado pelos pais provoca grandes perdas na formação da criança, além de obrigar a escola a entrar em campos que não são de sua atribuição [...] (VASCONCELLOS, 2009, p. 208)

Formar crianças e adolescentes sociáveis, felizes, livres e empreendedores é um grande desafio para os dias de hoje.

Segundo o autor Aquino (2006), a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola.

O primeiro fator influenciador de disciplina da criança vem da família. Logo, atitudes e condutas em relação ao estabelecimento de regras e valores contribuirão positivamente ou negativamente para a disciplina escolar.

“A educação com vistas à formação do caráter, da autoestima e da personalidade da criança ainda é, na maior parte, responsabilidade dos pais” (TIBA, 2002, p. 180).

Como já foi dito, os pais trabalhadores dividem inconscientemente esta responsabilidade com as babás, a televisão, as escolas, criando uma falsa expectativa de educação, especialmente no que diz respeito à escola, que com o passar dos anos, têm perdido a sua principal função em consequência dessa reversão de papéis.

Vale ressaltar também que o tempo não é o único fator contribuinte para as dificuldades de relacionamento entre pais e filhos da sociedade moderna. A qualidade dessas relações é que irá interferir na educação dos filhos e na formação de suas personalidades. Nessa perspectiva de atuação fica clara a importância do diálogo entre pais e filhos, pessoas que vivem debaixo do mesmo teto por anos e que, às vezes, passam sem que uma reconheça a outra, “A criança aprende pelo relacionamento afetivo que outro ser humano estabelece com ela e também com o que presencia do relacionamento entre seus pais. Por isso, todo cuidado é pouco” (TIBA, 2002, p. 82).

Segundo Cury (2003), se os pais não contaram para seus filhos os seus mais importantes sonhos e também nunca ouviram deles as suas maiores alegrias e suas decepções marcantes, eles formarão um grupo de estranhos e não uma família. O diálogo, portanto, é fundamental.

Sem o diálogo a relação entre pais e filhos não se sustenta. É imprescindível que ambos contem suas experiências, suas inquietações, seus sonhos, suas dificuldades de relacionamento.

Muitas vezes, os pais não percebem que filhos agressivos e rebeldes reclamam por carinho e atenção. Segundo Cury (2003, p. 44), “os comportamentos inadequados muitas vezes são clamores que imploram a presença, o carinho e a atenção dos pais”.

Para isso os pais têm a escola como uma grande aliada despreocupando suas mentes no tempo em que os filhos estão na instituição, esperando que ela também possa corrigir as suas possíveis falhas de educação.

O mundo mudou, a sociedade e a forma com que as famílias educam seus filhos também mudou muito. Hoje, o trabalho ocupa um espaço enorme não só na vida do pai como também da mãe. Neste sentido os filhos acabam ficando aos cuidados de outras pessoas e muitas vezes fazem o que querem. Os pais quando chegam em casa tentam compensar a falta fazendo ainda mais os gostos dos filhos. Isto colabora para aumentar a falta de limites, de regras. Quando estas crianças chegam à escola acham difícil adaptar com tantas regras de convivência e se comportam de maneira indisciplinada, gerando um clima constrangedor.

De acordo com Moreno e Cubero (apud AQUINO, 1996), existem três estilos de práticas educacionais paternas referentes à forma de lidar com disciplina, predominante na maior parte das famílias:

- Os pais autoritários: além de serem pouco comunicativos e afetuosos, são bastante rígidos, controladores e restritivos quanto ao nível de exigência de seus filhos. As condutas são avaliadas a partir de rigorosos padrões preestabelecidos.

Esse tipo de característica dos pais valorizam a obediência às normas e regras por eles definidas, e não se preocupam em explicar às crianças as razões destas imposições. Diante da transgressão de uma destas prescrições por parte da criança, fazem uso de severas ameaças, do castigo físico e de outras medidas disciplinares.

As crianças que recebem este tipo de educação tendem a manifestar obediência e organização, mas também maior timidez, apreensão e baixa autoestima. Como são privadas de entender as justificativas para as normas que lhes são impostas, tendem a orientar suas ações de modo a receberem gratificações ou evitarem castigos, demonstrando que valores foram pobremente interiorizados.

-Os pais permissivos: valorizam o diálogo e o afeto. São pais que têm enorme dificuldade de exercer algum tipo de controle sobre a criança. Às vezes são bastante tolerantes e até mesmo indulgentes em relação aos desejos, atitudes e impulsos infantis. Muitas vezes, diante de uma situação de conflito ou teimosia, não estabelecem limites e parâmetros.

Além da ausência de regras e normas capazes de nortear as ações cotidianas da criança, esses pais não costumam exigir responsabilidade de seus filhos. Estas, apesar de serem mais alegres devido às poucas exigências e controles de seus pais, tendem a apresentar um comportamento impulsivo e imaturo, assim como dificuldade em assumir responsabilidades.

-Os pais democráticos: conseguem um maior equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis, de exigir seu amadurecimento e independência, e o respeito às necessidades, capacidades e sentimentos de seus filhos.

É muito importante que os pais saibam, desde o início, qual o tipo de autoridade que hão de exercer sobre os filhos, porque é do modo pelo qual os pais usam de sua autoridade (diga-se o mesmo para educadores e mestres em geral) que dependerá essencialmente a evolução normal e sã da criança.

São pais que apresentam níveis altos de comunicação e afetividade e que normalmente estimulam as crianças para que expressem suas opiniões sobre determinados aspectos que as afetam. Conseguem estabelecer regras e limites claros que são mantidos de forma consistente, conseguindo uma disciplina firme, adequada às condições e possibilidades das crianças. Estas, além de apresentar significativo autocontrole, autoestima, capacidade de iniciativa, autonomia e facilidade nos relacionamentos, tendem a demonstrar que os valores morais difundidos em sua família foram interiorizados. Assim, são capazes de assumir determinadas posturas por seus valores intrínsecos e não pelo temor às sanções externas.

Portanto, segundo os autores, as consequências de cada um destes estilos no comportamento da criança são bastante significativas. Neste sentido, é impossível negar a importância que a educação familiar tem sobre o indivíduo, porém, seu poder não é absoluto nem determinante e irreversível. Assim o autor explica:

Os traços que caracterizarão a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependerão exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens que o indivíduo realizará em diferentes contextos socializadores, como na escola. (AQUINO. 1996, p. 98)

Entende-se, portanto que, mesmo as crianças provenientes de lares desprovidos de adequados estímulos, terão condições de superar estas evidências caso tenham a oportunidade de vivenciar, em outros contextos educativos, um modelo de educação.

5 A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTROLE DA INDISCIPLINA

O papel mediador do professor é de fundamental importância. Para Aquino (1996), uma prática baseada nos princípios do respeito, da solidariedade, da justiça, terá um bom efeito educativo. Nas situações necessárias, as crianças e adolescentes saberão avaliar e tomar decisões por si sós.

É preciso que os educadores, além de refletir sobre as regras presentes na escola (são coerentes, justas, necessárias, podem ser negociadas?), busquem uma coerência entre a sua conduta e aquela que se espera dos alunos. “Afim, é também através da imitação dos modelos externos que a criança aprende” (VYGOTSKY apud AQUINO, 1996, p. 99)

As ideias de Vygotsky sugerem que, caso a indisciplina esteja instaurada em determinada prática, suas causas, assim como as possíveis soluções para este fenômeno devem ser buscadas também nos fatores intraescolares. Em outras palavras, mais do que esperar a transformação das famílias ou de lamentar os traços comportamentais que cada aluno apresenta ao ingressar na escola, é necessário que os educadores concebam estes antecedentes como ponto de partida e, principalmente, façam uma análise aprofundada e consequente dos fatores responsáveis pela ocorrência da indisciplina a sala de aula (AQUINO, 1996, p. 100).

Diante da indisciplina, o professor, portanto deve buscar entender a origem da mesma e tentar amenizar o problema pautado numa postura ética. Deve também trabalhar noções de limites com os alunos, investindo também na educação moral. E o caminho para esse trabalho deve ser aquele que possa construir relações de respeito mútuo e solidariedade.

Segundo Vasconcellos (2009, p. 171) “Uma estratégia básica de trabalho é o estabelecimento coletivo de limites, o negociar do “contrato de trabalho”: os objetivos e as regras de participação.”

É importante o uso de combinados e regras coletivas diante da sala de aula. A exigência do respeito aos limites estabelecidos pelos professores é fundamental para que exerça a sua própria capacidade de tolerância depois.

5.1 Sugestões para o educador lidar com a indisciplina

Silva (2013) apresenta algumas sugestões que podem ser postas em prática com o objetivo de equacionar o problema da indisciplina na escola, porém demandam tempo e

dependem de mudanças externas como a de respeitar os alunos e de exigir deles tratamento igual. Eis algumas:

- **Substituir a cultura da culpa pela responsabilidade:** muitas vezes o professor culpa a família pela falta de disciplina do aluno. Já a família acha que a instituição não está educando mais os seus filhos e transfere toda a responsabilidade para a escola e culpa o professor por todos os fracassos dos filhos. É preciso, portanto que todos se responsabilizem pela situação de indisciplina do aluno. [...] “não adianta responsabilizar a família pelas condutas indisciplinadas dos alunos. [...] isto não ajudará em nada a resolver o problema [...]” (SILVA apud LA TAILLE, 2013, p. 80). Tal atitude mostra fugir da responsabilidade de educadores.

-**Tentar conscientizar os envolvidos:** é fundamental que as crianças, os adolescentes e a comunidade em geral tomem consciência da sua responsabilidade na preservação da escola, pois ela é um patrimônio público. Ao terem esta noção, diminuirão os casos de depredação da instituição escolar. Partindo da verdade de que o processo (conscientizar) ocorre internamente, o que se pode fazer é tentar oferecer elementos que levem os alunos a problematizar a situação e construir novos conhecimentos como o de que a escola é um bem de todos.

-**Democratizar as relações escolares:** esse processo passa pela mudança do tipo de relação interindividual estabelecida que é quase de coação. Dessa forma, deve-se estabelecer um vínculo entre aluno e professor.

[...] por mais importante que seja o método de ensino empregado, o aluno só aprenderá determinado conteúdo e, provavelmente, construirá saberes e obediência à disciplina, se ele nutrir respeito por seu mestre. Afinal, respeitar significa ‘olhar para’, isto é, colocar-se no lugar do outro. (SILVA apud LA TAILLE. 2013, p. 89)

O aluno e o professor devem se respeitar e se esforçar por merecer a estima do outro, agindo assim. Agindo assim, facilmente será mais fácil a construção do saber.

-**Deixar de conhecer o aluno indisciplinado como problema:** deve-se deixar de ver o aluno indisciplinado, violento, com dificuldade de aprendizagem e desinteressado como um problema. Deve-se sim, entender que eles são indicadores de como está se dando a dinâmica escolar formal e, em muitos casos, funcionando como instrumento de solução.

-**Propiciar orientação pedagógica, psicopedagógica e psicológica:** é necessário que os professores e os demais membros responsáveis pela administração e pela manutenção da instituição escolar recebam orientações psicopedagógicas, formação pedagógica continuada e

assistência psicológica. Essas medidas poderão oferecer aos educadores condições para que aprendam ou relembrem conteúdos pedagógicos, filosóficos, metodológicos e relacionados ao desenvolvimento humano, requisitos estes necessários ao exercício da profissão, além de possibilitar a articulação a entre teoria e a prática.

-Compreender e concretizar a educação como fator de desenvolvimento psicológico e da dignidade do ser humano: os educadores e outros profissionais ligados à tarefa educativa devem desenvolver uma intervenção pedagógica mais articulada com o ideias da democracia e do efetivo exercício da cidadania. Devem desenvolver a concretização de valores como o diálogo, a justiça, o respeito mútuo, a generosidade e a dignidade do ser humano com fim de si mesmo. A educação, portanto, deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade do educando.

-Articular os conteúdos tradicionais à vida: uma das maneiras mais eficientes de diminuir a indisciplina é articular os conteúdos escolares à vida efetivamente vivida pelos alunos. A indisciplina pode estar relacionada ao fato de os estudantes não concordarem com a maneira como o professor está transmitindo o saber.

-Substituir o uso de punições expiratórias pelas sanções por reciprocidade: para a diminuição da indisciplina devem-se empregar punições por reciprocidade no lugar das expiatórias. As sanções por reciprocidade vão ao ritmo das relações de cooperação e das regras instituintes a igualitárias. Elas levam ao desenvolvimento intelectual, afetivo e moral daqueles que a elas estão submetidos.

-Abolir forma de humilhação: a prática de rebaixamento moral pode levar a consequências condenáveis e antipedagógicas. O aluno menosprezado será capaz somente de cumprir deveres, sem jamais reivindicar seus direitos e poderá sentir a auto-imagem diminuída. Como forma de recompô-la, é provável que cometa atos indisciplinares.

-Priorizar os valores morais e éticos: a indisciplina pode estar relacionada ao fato de muitos alunos terem limites morais insuficientemente desenvolvidos.

-Combater a impunidade e o aumento da violência: a problemática da indisciplina está relacionada também com a impunidade, com o aumento da ocorrência de situações de violência real e virtual e com a maneira como tais tipos são apresentados pelos meios de comunicação de massa, como a televisão. Por isso os educadores devem colocar em prática certos procedimentos como combater a banalização da vida e dos estudos, fazer uso da razão como meio para a colocação de limites, priorizar os valores morais e éticos, reinterpretar parte

do saber psicológico, analisar criticamente o processo de globalização em curso, ser tolerante com os alunos (SILVA apud LA TAILLE, 2013, p. 71-106).

Finalmente percebe-se que os vários alunos que podem levar à diminuição da indisciplina nas escolas, mas primeiro é necessário haver uma boa relação entre professor e aluno.

[...] não se pode desprezar a função que a relação professor-aluno pode desempenhar, tanto no equacionamento do fenômeno da indisciplina quanto na transformação do mundo numa sociedade pautada por valores próprios do ideário democrático (respeito mútuo, justiça, diálogo e generosidade). Pensamos que o mundo e, especialmente a instituição escolar, está precisando cultivar tais valores (SILVA apud LA TAILLE, 2013, p. 117).

De acordo com Chalita (2001), o ser humano hoje é completamente diferente daquele de tempos atrás. A relação de poder mudou. A necessidade de diálogo é cada vez maior.

Para o autor, a educação não pode se valer de um tempo em que o aluno tinha medo de abrir a boca, de olhar para o lado, de sofrer castigos físicos. A educação que visa à formação de um ser humano com autonomia e liberdade não pode reproduzir qualquer padrão ultrapassado de ensino. O aluno que por medo não consegue dizer o que quer ou precisa aos professores ou pais, não vai desenvolver o hábito de reagir, na rua, em situações de injustiça ou de coação.

O professor deve valorizar o diálogo com os alunos para oportunizar momentos reflexivos, onde todos possam expor seus pontos de vista e manifestar suas opiniões a fim que de que ocorram aprendizagens, entendimentos e, acima de tudo, para que a diversidade seja encarada como um aprendizado, enriquecendo e ampliando os conhecimentos.

A importância de um bom relacionamento entre todas as pessoas, independente da raça, cultura, nível social, se inicia na família e deve ser aprofundada na sala de aula. Neste sentido a relação entre professor e aluno é a saída para a compreensão e o manejo da indisciplina.

Segundo Silva (apud LA TAILLE, 2013) para a ocorrência de qualquer construção é necessário que esteja estabelecido o vínculo entre ensinante e aprendiz.

Se a disciplina é dependente do vínculo ou da relação que se estabelece entre o ensinante e o aprendiz, o professor deve estar à disposição para essa possibilidade de relacionamento. Segundo Silva (apud LA TAILLE, 2013), para relacionar-se, o professor precisa estar disponível para ser depositário, precisa estar preparado para criar situações que possam levar o aluno a compreender o valor dos sentimentos.

Para nutrir um bom relacionamento em sala de aula, o professor deve procurar compreender as dificuldades dos seus alunos, os seus momentos de apatia e de desmotivação, os seus ímpetos de fúria, os seus esquecimentos, as suas instabilidades emocionais, as suas crises existenciais e a sua necessidade de querer transformar o mundo segundo o seu desejo. É também condição necessária para o bom relacionamento em sala de aula que o aluno esteja igualmente disposto por essa possibilidade de relacionamento.

A educação, segundo Chalita (2001), é um processo que se dá através do relacionamento e do afeto para que possa frutificar. Para este autor, os professores que não vibram com os alunos são como pais que preferem os filhos afastados de si o maior tempo possível.

O aluno, como todo ser humano precisa de afeto para se sentir valorizado. Se houver aluno intransigente, teimoso, emocionalmente abalado, ninguém se surpreenderá. Já o professor não pode se apresentar emocionalmente abalado diante dos alunos. O professor é a referência, é o modelo, é o exemplo a ser seguido e, exatamente por causa disso, o pouco que fizer afetuosamente, uma palavra, um gesto, será muito para o aluno com problemas. (CHALITA, 2001, p. 153).

A afetividade é um elemento importante na relação entre professor e aluno. Assim o autor orienta:

O professor que chama o aluno pelo nome, que repara em algum novo detalhe, uma roupa, um novo corte de cabelo; o professor que menciona ter conhecido o pai de seu aluno e lhe faz um elogio, realiza pequenos gestos de atenção que quebram barreiras, fertilizam o terreno da amizade entre ambos. (CHALITA, 2001, p. 153)

Neste caso, o afeto está presente, e nada tem de complicado e não existem sacrifícios. Basta um pouco de boa vontade e vocação para o magistério.

Quantos alunos relembram seus grandes mestres com uma saudade gostosa, de um tempo que foi importante em sua vida? E quantos hão de se lembrar com pavor de alguns mestres que só lhes criaram traumas, trouxeram medo e frustração? É preciso olhar os exemplos do passado para construir um presente e um futuro melhor. Se cada professor conseguisse lembrar-se do tempo em que foi aluno, das marcas positivas e negativas, dos exemplos que eram para ser seguidos ou evitados, ajudaria muito a pensar em seu papel de educador. (CHALITA, 2001, p. 154).

6 CONCLUSÃO

Com o presente trabalho podemos perceber como é importante a colaboração dos pais e professores no processo de formação moral da criança estabelecendo limites e como esses limites são necessários para o desenvolvimento da autonomia e construção da personalidade. Estabelecer limites vai muito além do dizer “não”, ele implica na distinção entre o certo e o errado, entre o aceitável e o inaceitável.

O objetivo das escolas atualmente consiste em desenvolver um indivíduo autônomo, crítico, capaz de atuar na sociedade a fim de melhorá-la e para isso é preciso que, desde a primeira infância, as crianças comecem a aprender que nem tudo acontece como ela quer, que o mundo não gira em torno de si própria.

As crianças não aprendem sozinhas, elas são reflexos do que foi ensinado desde os seus primeiros anos de vida. A família, como o primeiro contexto de socialização, exerce grande influência sobre as crianças e adolescentes. A atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e influenciam o comportamento da criança na escola.

Logo, a criança e o adolescente reconstróem seu comportamento de acordo com as experiências fornecidas pela cultura e pela influência de outras pessoas. Neste sentido, as conquistas individuais: valores, habilidades, atitudes, posturas (indisciplinadas ou não) resultam de um processo compartilhado com pessoas e outros elementos da cultura.

O papel mediador do professor é também de fundamental importância, desde que sua prática seja baseada em princípios de respeito, de solidariedade, de justiça que terão um efeito produtivo na vida das crianças.

O professor precisa ser um profissional reflexivo, atento às diversidades e pluralidades com os alunos com quem trabalha. Precisa conhecer de perto seu aluno e contribuir para seu desenvolvimento moral.

A sociedade é composta por regras e normas, é nesse sentido que devemos trabalhar a disciplina de uma maneira significativa e formativa.

Os problemas de indisciplina podem ser solucionados através do estabelecimento e cumprimento de regras. Estabelecer limites para os alunos não é um ato simples e imediato, é um desafio que precisa ser alcançado com o apoio da família.

A partir desse estudo pode-se concluir que estabelecer limites significa construir democraticamente uma interação entre o sujeito e a sociedade. Interação esta, em que ambas

as partes são ativas na sua participação. Esta é uma atitude digna de quem educa; digna de quem constrói novos amanhã.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **A alfabetização moral em sala de aula e em casa, do nascimento aos doze anos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho= aluno difícil**: a questão da indisciplina em sala de aula. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia**: um diálogo entre a psicopedagogia e a educação. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2006.
- CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001
- CORTELLA, Mario Sergio; LA TAILLE, Yves de. **Nos labirintos da moral**. 10. ed. Campinas, SP/: Papirus, 2013.
- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- D' ANTOLA, Arlette. Disciplina Democrática na escola. In: D' ANTOLA, Arlette (Org.). **Indisciplina na escola**: autoridade versus autoritarismo. São Paulo: EPU, 1989, p. 49-59.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JUSTO, José Stereza. Escola no epicentro da crise social. In: LA TAILLE, Yves de; JUSTO, José Stereza; SILVA, Nelson Pedro. **Indisciplina, disciplina**: ética, moral e ação do professor. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p . 31- 67.
- LA TAILLE, Yves. **Limites**: três dimensões educacionais. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 11 – 100.
- MALUF, Vladimir. **Dez erros que os pais cometem e afastam os filhos adolescentes**. 2011.
Disponível em <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2011/03/26/dez-erros-que-os-pais-cometem-e-afastam-os-filhos-adolescentes.htm>> . Acesso em: 19 mar. 2016.
- PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.
- POLI, Cris. **Viva a infância!** Ajude seu filho a ser uma criança para se tornar um adulto realizado. São Paulo: Gente, 2009. p. 43

SILVA, Nelson Pedro. Ética, (IN)Disciplina e relação professor- Aluno. In: LA TAILLE, Yves de; JUSTO, José Stereza; SILVA, Nelson Pedro. **Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 70- 106.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa!** São Paulo: Integrare Editora, 2002, p. 294.

_____. **Disciplina**-limite na medida certa: novos paradigmas. 90 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Interage , 2006. p. 217.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina, construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2001.

_____. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2009. 9 – 217 p.